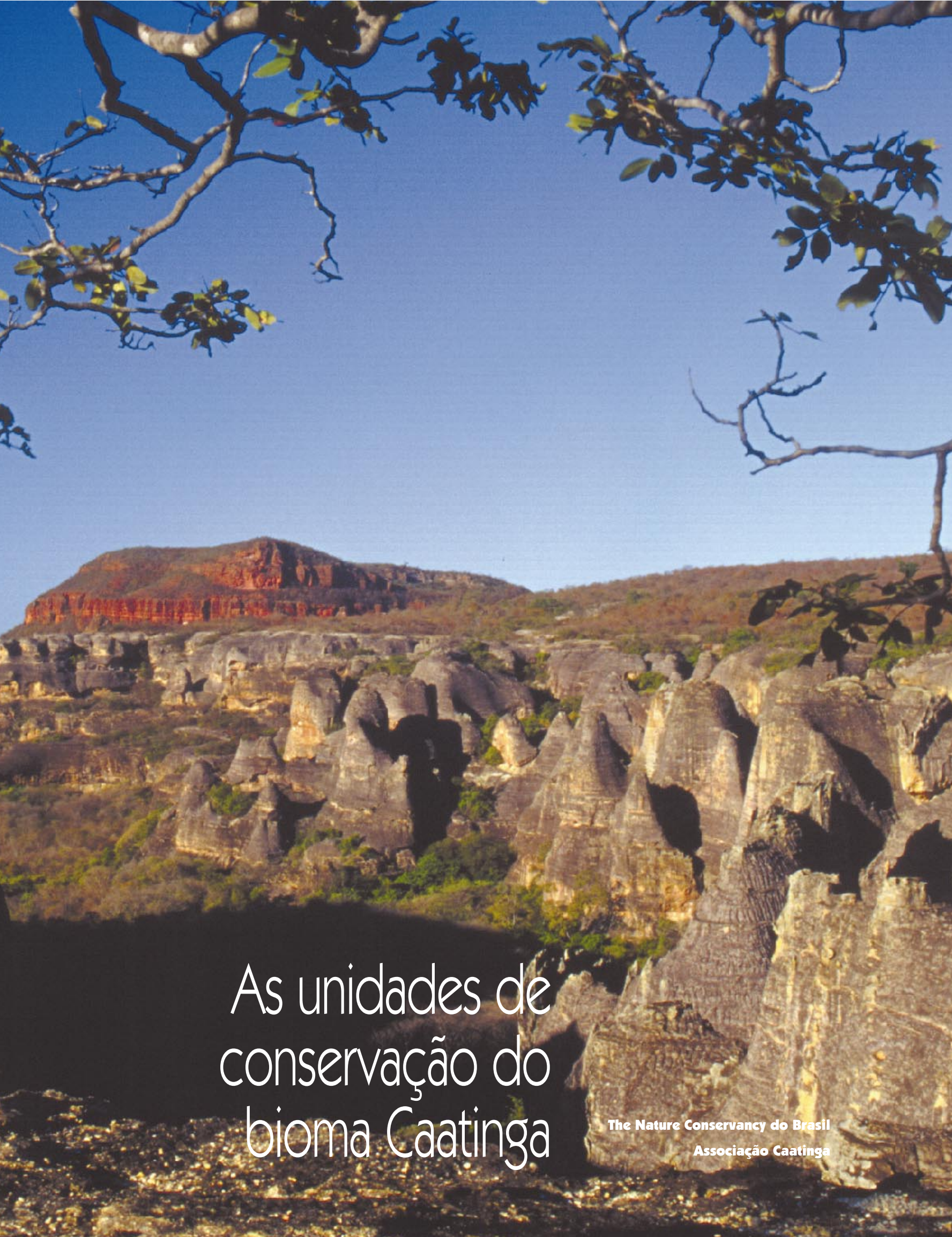




As unidades de conservação do bioma Caatinga

The Nature Conservancy do Brasil
Associação Caatinga



INTRODUÇÃO

A Caatinga, região semi-árida única no mundo, é, provavelmente, o bioma brasileiro mais ameaçado e já transformado pela ação humana. Além de ser exclusivamente brasileira, a Caatinga cobre uma porção significativa do território nacional – 11,67%, considerando as áreas de transição para outros biomas. No entanto, apenas 3,56% da Caatinga estão protegidos por unidades de conservação federais (em número de 16) e destes, apenas 0,87% em unidades de proteção integral (parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas). Além das unidades federais, existem apenas mais sete unidades estaduais, concentradas nos estados da Bahia e no Rio Grande do Norte, três das quais ainda não foram implementadas.

Grande parte das unidades de conservação (UCs) existentes apresenta sérios problemas, envolvendo desde aspectos fundamentais, como sua situação fundiária, até aspectos relativos ao seu funcionamento, como inexistência de plano de manejo e falta de pessoal. Existe, portanto, a clara necessidade, não só de criar novas UCs que complementem a rede já existente, assegurando a preservação de porções ecologicamente viáveis da Caatinga, como também de tornar efetivamente funcionais aquelas unidades já decretadas.

Este documento apresenta dados sobre a situação atual das UCs e reservas existentes na Caatinga visando subsidiar a discussão sobre o tema.

SITUAÇÃO ATUAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Existem atualmente 16 UCs federais e sete estaduais que protegem formações da Caatinga e/ou ambientes de transição entre esse e outros biomas (Tabela 1). Apenas 50% das unidades de conservação federais contêm exclusivamente formações de Caatinga, sendo metade dessas UC's de uso sustentável e metade de proteção integral.

Somente nas unidades de proteção integral – Parques Nacionais, Estações Ecológicas e Reservas Biológicas – e nas

Florestas Nacionais, a terra pertence, após as devidas indenizações, ao Ibama. As UCs de proteção integral são unidades onde as únicas atividades permitidas são pesquisas científicas, educação ambiental e recreação (essa última apenas nos Parques Nacionais). Em todas as demais categorias de unidades de conservação federais, a posse da terra permanece com os proprietários e são permitidos a exploração da terra e o aproveitamento econômico direto – são consideradas unidades de uso sustentável.

Tabela 1: Unidades de conservação existentes na Caatinga.

Nome	Área (ha)	UF	Vegetação predominante	Ecótonos	Observação
PN da Serra da Capivara	100.000	PI	caatinga		
PN de Sete Cidades	7.700	PI	cerrado/caatinga		
PN Serra das Confusões	502.411	PI	cerrado	caatinga	
PN Chapada Diamantina	152.000	BA	caatinga	mata de encosta	
PN Cavernas do Peruaçu	56.800	MG	cerrado/caatinga /mata seca		
PN de Ubaíara	563	CE	mata de encosta	caatinga 5-10%	
EE do Seridó	1.166	RN	caatinga		
EE de Aiuaíba	?	CE	caatinga		não decretada
RB de Serra Negra	1.100	PE	brejo	caatinga 40%	
RB de Pedra Talhada	4.469	AL	mata atlântica	caatinga 20%	
REc Raso da Catarina	99.772	BA	caatinga		
APA Chapada do Araripe	1.063.000	CE	carrasco/cerradão /caatinga		
APA Serra da Ibiapaba	1.592.550	PI/ CE	cerrado/mata úmida	caatinga 30%	
FLONA Contendas do Sincorá	11.034	BA	caatinga		
ARIE Cocorobó	7.500	BA	caatinga		
ARIE Vale dos Dinossauros	?	PB	caatinga		
Parque Ecológico do Cabugi	2.164	RN	caatinga		estadual/não implantado
Parque Estadual Florêncio Luciano	?	RN	caatinga		estadual/não implantado
APA Piquiri-Una	?	RN	caatinga		estadual/não implantada
APA Gruta dos Brejões/ Veredas do Romão Gramancho	11.900	BA	caatinga		estadual
APA Marimbus/Iraquara	125.400	BA	caatinga		estadual
APA Lagoa Itaparica	78.450	BA	caatinga		estadual
APA Dunas e Veredas do Baixo e Médio S.Francisco	1.085.000	BA	caatinga		estadual

Os problemas atuais mais comuns das unidades de conservação existentes originam-se em questões burocráticas e de falta de verbas do poder público, que prejudicam o funcionamento adequado, manejo e fiscalização das áreas. Faz-se necessária uma ampla discussão para encontrar possíveis soluções para os principais problemas, listados a seguir:

- *Situação fundiária* - Embora a maioria das UCs de proteção integral da Caatinga tenha sido criada entre 1961 e 1985, quase todas ainda apresentam problemas quanto à regularização de sua situação fundiária. Esse é um problema básico que acarreta uma série de outros, quase todos envolvendo a comunidade residente, dentro ou no entorno da área, que passa a considerar a área protegida como algo negativo. Dessa forma, é necessário encontrar uma forma mais eficiente e funcional de garantir a disponibilidade de verbas para a indenização das terras destinadas a unidades de conservação.
- *Falta de verbas para o funcionamento/manutenção* - Esse é um problema aparentemente crônico da grande maioria das unidades de conservação, tanto federais como estaduais. E afeta, desde a disponibilidade de pessoal qualificado e de manutenção/construção de infra-estrutura, até o desenvolvimento e implantação de planos de manejo. É preciso encontrar uma forma de garantir fontes de financiamento a longo prazo para a manutenção e manejo das áreas protegidas.
- *Caça tradicional para subsistência* - É talvez o problema mais comum por toda a Caatinga. A solução desse problema certamente envolverá a disponibilidade de fontes alternativas de renda e subsistência para a população local.
- *Desmatamento/retirada de lenha* - É também um problema generalizado

na região da Caatinga. Na maioria das áreas, tem origem na necessidade básica da população local de obter madeira para construção e combustível. Em alguns locais, a retirada da madeira tem como objetivo a fabricação de carvão para uso industrial ou para comercialização.

- *Fogo* - É também um grande problema em várias UCs, que tem como causa principal as queimadas descontroladas no entorno das unidades.

Além dos principais problemas listados acima, existem outros como a invasão por animais domésticos (principalmente gado bovino), garimpo dentro da área da unidade de conservação, contaminação da água que atravessa a UC por lixo orgânico, contaminação do solo e da água, em APAs, por agrotóxicos, e necessidade de programas de educação ambiental.

PROPOSTAS EXISTENTES PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

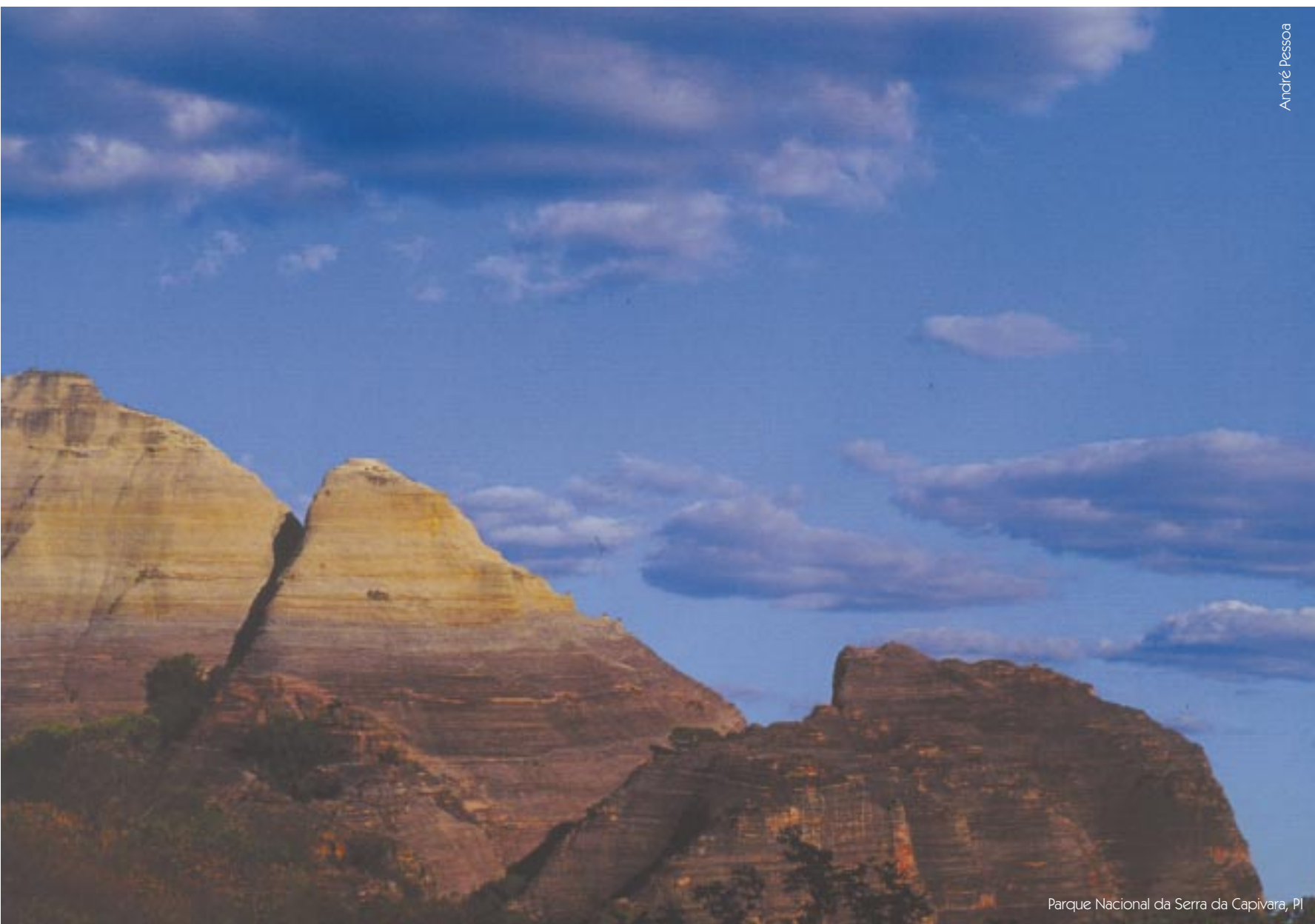
Existem propostas de órgãos estaduais para criar novas UCs nos seguintes estados:

Ceará:

– Estação Ecológica do Castanhão, proposta pela SEMACE, com 800 hectares, localizada nos municípios de Jaguaribara e Alto Santo.

Paraíba:

– Monumento Natural Vale dos Dinossauros, proposta pela SUDEMA, com tamanho ainda não definido e localizada no município de Sousa.



Parque Nacional da Serra da Capivara, PI

– Parque Estadual Pedra da Boca, proposta pela SUDEMA, com tamanho ainda não definido e localizada no município de Araruna.

Alagoas:

– Unidade de conservação proposta pelo IMA, de tamanho ainda não definido e localizada em área próxima aos “*canyons*” de Xingó, no município de Piranhas.

Sergipe:

– APA proposta pela ADEMA, de tamanho ainda não definido e localizada no município de Simão Dias.

– APA proposta pela ADEMA, localizada na Fazenda Angico, município de Poço Redondo.

– APA proposta pela ADEMA, localizada no município de Monte Alegre de Sergipe.

RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL

É também interessante examinar o papel, atual e futuro, das áreas particulares (Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs) na conservação da Caatinga. Nos

últimos anos, vem aumentando o interesse de proprietários rurais em transformar parte de suas propriedades em área protegida, visando, principalmente, a conservação do ambiente natural. Somente na Caatinga, o número de RPPNs criadas nos últimos cinco anos aumentou em mais de 100%. Existem, hoje, 24 RPPNs na Caatinga, das quais metade possui área superior a 1.000 hectares (**Tabela 2**).

Apenas duas RPPNs possuem plano de manejo, porém em fase de preparação.

As demais não têm plano de manejo, mas vários proprietários mostraram interesse em desenvolvê-los, desde que houvesse disponibilidade de recursos e orientação técnica. O fato da preservação do meio ambiente ser a principal motivação da maioria dos proprietários para a criação de suas RPPNs, indica que essa categoria de área protegida pode ter um papel importante num planejamento de conservação, em grande escala, para a Caatinga.

Tabela 2: RPPNs existentes na Caatinga.

Nome	Área (ha)	UF	Atividades existentes (planejadas)	Ano de criação
Fazenda Morrinhos	756	BA	Conservação (planejadas: pesquisa e criação de animais silvestres)	1990
Fazenda Itacira	100	BA	sem informação	1991
Fazenda Pé de Serra	1.259	BA	sem informação	1992
Fazenda Lontra/Saudade	1.377	BA	sem informação	1996
Fazenda Forte	1.800	BA	sem informação	1997
Fazenda Boa Vista	1.500	BA	Conservação (planejada: ecoturismo)	1997
Fazenda Boa Vista	2.000	BA	sem informação	1997
Fazenda Boa Vista	1.700	BA	sem informação	1998
Fazenda Forte	1.500	BA	sem informação	1998
Fazenda Retiro	3.000	BA	sem informação	1998
Lagoa das Campinas	1.000	BA	Conservação (planejada: apicultura)	1998
Fazenda Olho d'Água do Urucu	2.610	CE	Conservação - foi realizado pequeno levantamento de fauna e flora.	1991
Não Me Deixes	300	CE	sem informação	1998
Reserva Arajara Park	28	CE	sem informação	1999
Fazenda Salobro	756	RN	sem informação	1994
Sernativo	154	RN	sem informação	1996
Reserva Ecológica Maurício Dantas	1.485	PE	Recuperação de áreas degradadas, educação ambiental e apicultura.	1997
Fazenda Almas	3.505	PB	Pesquisa e apicultura.	1990
Fazenda Santa Clara	751	PB	Apicultura, levantamento de aves e plantas.	1990
Fazenda Várzea	391	PB	Conservação	1998
Fazenda Tamanduá	325	PB	Levantamento de aves e plantas. Em preparação: herbário e atividades de educação ambiental.	1998
Fazenda Pedra de Água	170	PB	sem informação	1999
RPPN Santa Maria de Tapuã	238	PI	sem informação	1999
Fazenda Boqueirão	27.458	PI	Apicultura	1997